

EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DE UM POSSÍVEL MOVIMENTO SOCIAL DE EDUCAÇÃO E RELAÇÃO COM O ESTADO

Significant experiences of a possible social education movement and relationship with the State

Edimilson Pereira de Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

Eduardo Gomes Machado
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (UNILAB), Redencao, CE, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 31/08/2024

Aceito em 26/10/2025

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p379-398>

Copyright (c) 2025 Edimilson Pereira de Araújo
e Eduardo Gomes Machado.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

ARAÚJO, Edimilson Pereira de; MACHADO, Eduardo Gomes. Experiências significativas de um possível movimento social de educação e relação com o Estado. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 265, p. 379-398, maio/ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p379-398>

Resumo

O presente artigo analisa as experiências significativas de um possível movimento social de educação, como suas instâncias se interseccionam em favor da educação e como se relacionam com o Estado para garantir agenda e implementação de políticas públicas com foco na qualidade da educação. A metodologia utilizada neste trabalho foi de caráter qualitativo tendo como procedimentos de produção de dados o levantamento bibliográfico e a pesquisa eletrônica nas redes sociais de cada instância que compõem um possível movimento social de educação no Piauí. Para isso, dialogou-se com autores como Manfredi (1989), Melucci (1989), Oliveira e Hassenteufel (2021), Sousa (2012), Tarrow (1997) entre outros. Dessa forma, concluiu-se que o movimento social de educação no Piauí tem uma agenda de ação definida, mas suas instâncias precisam se interseccionar melhor em formato de rede a favor de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Estado. Movimentos Sociais. Educação. Luta Social.

Abstract

This article analyzes the significant experiences of a possible social education movement, how its instances intersect in favor of education and how they relate to the State to guarantee the agenda and implementation of public policies focused on the quality of education. The methodology used in this work was qualitative in nature, with data production procedures being a bibliographical survey and electronic research on social networks in each instance that make up a possible social education movement in Piauí. To this end, dialogue was held with authors such as Manfredi (1989), Melucci (1989), Oliveira and Hassenteufel (2021), Sousa (2012), Tarrow (1997) among others. Thus, it was concluded that the social education movement in Piauí has a defined action agenda, but its instances need to better intersect in a network format in favor of quality education.

Keywords: State. Social Movements. Education. Social Struggle.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado dos estudos de uma pesquisa de doutoramento em Sociologia que está em curso, anos de 2023 a 2026, na qual busca-se compreender as experiências significativas das instâncias que compõem um possível movimento social de luta pela educação, pois em algum momento tais instâncias têm pautas e agendas políticas comuns. Temos uma percepção provisória de que a educação se configura como uma área temática que se fortalece com a articulação dos movimentos sociais, pois é um processo que visa o desenvolvimento integral dos estudantes contudo. Para isso precisa ser pensada e organizada democraticamente e com a participação social.

Importa ressaltar que compreendemos como experiências significativas as ações de maiores significados por meio das quais pode-se compreender a construção da identidade coletiva. Portanto de acordo com Ferreira (2002) e Caldart (2000, p. 106) o fazer-se, sentir-se, saber-se pertencente a um movimento social aparece como um aprendizado que vai se consolidando, baseando-se na experiência pessoal em ações de luta social.

Nesse sentido, analisamos como essas instâncias se interseccionam em favor do processo educacional e como se relacionam com o Estado para garantir agenda e implementação de políticas públicas com foco na qualidade da educação. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender as lutas significativas de um possível movimento social de educação no Piauí, sua intersecção e relação com o Estado. Buscamos especificamente, identificar a abrangência e os impactos de lutas dessas instâncias no processo de educação; caracterizar as formas de intersecção dessas instâncias em favor da educação no Piauí com vista a um trabalho em rede ou de ação coletiva; compreender a relação dessas instâncias de luta pela educação com o poder público estadual.

Nessa perspectiva, este trabalho visa alcançar um entendimento das instâncias que atuam no campo de luta pela educação e que compõem um possível movimento social de educação no Piauí, suas formas de trabalho conjunto e em rede, como elas foram se constituindo, quais os seus interesses, as demandas e as suas propostas e, como as diferentes lideranças concebem o papel do movimento. Dessa forma, é possível compreender sua intersecção e como se desdobra o diálogo dessas instâncias com a gestão pública, o Estado enquanto executivo das políticas públicas.

Assim, a base empírica da pesquisa é composta por quatro instâncias que têm como centralidade de atuação a área da educação no Piauí, sendo elas: o Grêmio do Liceu Piauiense e o Coletivo Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI) que são classificados como entidades estudantis; o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) como instância representativa dos trabalhadores e, o Fórum Estadual de Educação enquanto instância política composta por representantes da sociedade civil e do governo. No entanto, trazemos com maior profundidade, neste artigo, as discussões sobre a instância representativa dos trabalhadores em educação devido a apropriação de uma quantidade maior de elementos que qualificam sua posição neste trabalho e enquanto protagonista político na relação com o Estado.

A participação dos trabalhadores da educação no processo de construção da sociedade brasileira e piauiense foi pouco sistematizada, pois encontramos poucos escritos acerca da temática. Os registros históricos revelam eventos e acontecimentos de grande impacto na vida política do país como a Independência do Brasil, a Proclamação da República, a Abolição da Escravatura; a reorganização social e política após a ditadura civil e militar. Entretanto, acontecimentos cotidianos promovidos pelo movimento social educacional no Piauí permanece pouco conhecido a não ser por meio de greves, assembleias e manifestações promovidas por associações, sindicatos, cooperativas.

A luta desse movimento é necessária, pois se trata de ações coletivas de enfrentamento às condições precárias de trabalho e demais situações próprias dessa classe social, isto é, suas instâncias se consolidam em torno de demandas históricas que são enfrentadas de forma coletiva e organizada, e que contrariam os interesses do mercado.

Nos anos de 1980 e 1990, no Brasil, de acordo com Gohn (2003) surgem novos movimentos sociais devido ao processo de (re)democratização do país e uma nova forma de fazer política que não se prende mais ao seu caráter universal, mas se voltam para as minorias e a questões mais pontuais, como atenção à miséria e à pobreza como forma de assistencialismo.

No Piauí, a relação entre Estados e um possível movimento social de educação não apresenta um arcabouço teórico científico escrito. Não temos muitas publicações sobre os movimentos sociais no estado, por isso a importância deste trabalho por ampliar o leque de informações científicas acerca do tema proposto. A temática dos movimentos sociais no

Estado chama atenção pelo fato de serem esses movimentos categorias importantes na estrutura social e suas lutas são necessárias para a garantia dos direitos sociais.

É importante olhar para os movimentos sociais observando o seu surgimento, consolidação, desenvolvimento e manutenção. Entendemos que todo movimento social é uma ação coletiva, uma organização associativa com forma de construção de vínculo e de solidariedade. No entanto é importante percebermos como cada movimento social constrói esses vínculos e laços. Cada movimento se vincula a um problema central, constrói uma interpretação própria com discurso e narrativa que o caracteriza, reflete sobre a forma de estruturar as causas desse problema. Essa é a natureza dos movimentos sociais que se desdobra em se posicionar na sociedade permitindo que os seus agentes se aproximem e se distingam de outros agentes, pois é aí que emerge uma disputa simbólica política, narrativas diferentes sobre o que deve ser feito. Nesse sentido, os interesses dos movimentos sociais não são a priori, mas trazem diferentes concepções de sociedade e se distinguem na análise epistemológica das realidades.

Portanto, para alcançarmos o objetivo definido, este artigo aborda inicialmente uma contextualização em forma de introdução, as tradições de análises na história dos movimentos sociais, a seguir, apresenta a metodologia que nos conduziu neste estudo, em outro tópico apresentamos as experiências significativas do movimento social em educação no Estado do Piauí, sua relação com o Estado enquanto órgão executivo das políticas públicas. E, por fim as considerações finais.

TRADIÇÕES DE ANÁLISES NA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A importância de trazer as tradições de análises justifica-se pelo fato de que elas compõem patrimônio significativo analítico dos movimentos sociais. De acordo com Collins (2009), a história dos movimentos sociais está estruturada em diferentes tradições de análises, dentre elas citamos as seguintes: 1) Tradição funcionalista; 2) Teoria da mobilização de recursos; 3) Os novos movimentos sociais; 4) Pragmatismo.

A tradição funcionalista, vai se recriando a partir do final do século XIX. Por esta tradição, os movimentos sociais são vistos como revolta, rebelião mais vinculados à emoção do que à razão e, nesse sentido tais movimentos são pré-políticos, porque desenvolvem uma atividade humana pela qual se estrutura e se organiza a sociedade. Portanto, trata-se de um

movimento destrutivo porque não tem a capacidade de transformar a sociedade positivamente, Gohn (1997).

A segunda tradição, denominada de teoria do processo político, foi implementada nos anos de 1940 a 1960. Na perspectiva dessa teoria a racionalidade é o elemento decisivo dos movimentos sociais. Assim, vai se contrapondo à ideia funcionalista e à forma de como os movimentos políticos são capazes de interferir positivamente na sociedade. Essa tradição concebe que todo movimento social tem uma finalidade, intencionalidade e atua em função disso, mobiliza recursos, pois o capital é uma categoria dessa teoria. Outra categoria importante da mobilização de recursos é a organização construída pelos agentes, pois, aqui a centralidade está na organização e recursos que o movimento acumula e com os quais constrói um patrimônio próprio, conforme esclarece Cefai (2009).

Charles Tilly foi um dos teóricos que criou a questão da teoria dos processos políticos. Existem várias razões para não estudar os movimentos sociais como fenômenos distintos ou pensar que há subcampos que devem ser estudados de forma exclusiva. Ele desenvolveu de repertório de ação política para trazer a cultura para sua análise dos processos políticos. Sua obra que trata dessa questão é a “mobilização para a revolução” de 1978.

A teoria da mobilização de recursos é uma abordagem com a dinâmica de crescimento, declínio e mudanças dos movimentos sociais, distanciando da prática de manuais de diretrizes e apenas orientações para tais movimentos. Enxerga a variedade de recursos que deve ser mobilizada, a relação dos movimentos com outros grupos, a dependência dos movimentos em relação ao suporte externo, as estratégias usadas pelas autoridades para controlar ou se envolver com os movimentos sociais.

De acordo com a teoria da mobilização de recursos, o elemento mais importante dos movimentos sociais é o contexto, oportunidades existentes ou inexistentes, pois as realidades são as mais variadas possíveis. Quando há oportunidades, os movimentos sociais fortalecem-se, mas quando elas não existem, esses movimentos se fragilizam, Gohn (1997).

Uma terceira tradição de análise são os novos movimentos sociais que trazem idéias inovadoras identificando que a construção social é um processo continuado e, por isso trata-se de um movimento que tem uma identidade própria. Gohn (1997) esclarece que essa tradição é um terceiro vetor que dialoga com a escola de Chicago que alimenta esta teoria e o pragmatismo (quarta tradição). Essa teoria foca muito em uma dinâmica cultural simbólica, interacionista com interpretação e significado, interação face-a-face na situação cotidiana

em que os indivíduos constroem significados sobre o que está acontecendo. Percebe-se, então, uma reflexividade e ação recíproca na ação dos agentes. Nos movimentos sociais tem-se o pertencimento, vínculo social e o significado, ou seja, a idéia, representação do que está sendo transmitido, e, essa mensagem transmite um conteúdo, mas ao mesmo tempo um parâmetro que direciona o agente para a ação.

Segundo Oliveira (2017), os movimentos sociais vão adquirindo formas de redes enquanto organização que têm diferentes instâncias e entidades, elementos entre si com suas especificidades formados por diferentes agentes individuais, coletivos e institucionais.

Na contemporaneidade que é o tempo de marca dos novos movimentos sociais, tem-se a teoria do reconhecimento que provoca uma crítica por Nanci Fraser propondo um reconhecimento com distribuição participativa. A teoria do reconhecimento foi desenvolvida por Axel Honneth e Charles Taylor, com foco na compreensão das injustiças culturais pela teoria supracitada. Nessa perspectiva Nanci Fraser questiona a centralidade deste conceito e a partir dele passa a pensar formas de dominação social e tipos de conflitos político e social na sociedade hodierna. De acordo com Fraser (2001) a teoria do reconhecimento pode ocorrer em erros como a possibilidade de escantear a questão sobre a matéria da justiça redistributiva, pode se tornar uma teoria reducionista que invisibiliza a dominação de determinados grupos, assim como um *déficit político*. Por isso a autora propõe a inclusão de uma distribuição e representação paritária na teoria do reconhecimento. As teorias, no século XXI, geralmente não dão conta dos conflitos sociais, pois tanto os agentes como os novos movimentos sociais tem ampliado a demanda de reivindicações políticas e sociais que não são mais respondidas somente com o embate entre capital e trabalho, mas entendemos que na sociedade contemporânea os grupos sobrepõem os interesses das classes sociais tornando-se o motivo das ações políticas.

Deixe-me começar ressaltando algumas complexidades da atual vida política "pós-socialista". Com a perda de centralidade do conceito de classe, movimentos sociais diversos mobilizam-se ao redor de eixos de diferença inter-relacionados. [...] Demandas por mudança cultural misturam-se a demandas por mudanças econômicas, tanto dentro como entre movimentos sociais. Porém, de forma crescente reivindicações com base em identidades tendem a predominar, já que prospectos de distribuição parecem retroceder (Fraser, 2001, p.248).

O reconhecimento é visto como um diagnóstico da atualidade, mas que as demandas dos novos movimentos sociais apresentam novas demandas que precisam ser identificadas a partir das categorias de emancipação que apresentam seus conflitos com movimentos

feministas, negro, ambientais, LGBT, indígena, imigrantes etc. Dessa forma, a crítica honnethiana enxerga a teoria do reconhecimento como potencial para as lutas emancipatórias, inclusive as classes sociais como base elementar para o reconhecimento. O reconhecimento é importante porque é através dele que os sujeitos se formam e consolidam suas identidades reforçando as afeições desses sujeitos pelas relações, pelo arcabouço jurídico que lhes confere o direito e a liberdade e a solidariedade uns com os outros.

A quarta tradição de análise é o pragmatismo que dialoga com o interacionismo simbólico a partir de uma realidade micro onde o macro está atuando no chão, cotidiano vivenciado pelos agentes. O autor supracitado ainda destaca que o elemento chave dessa tradição é a situação de tensão e conflito para se entender o que está em jogo e para que os agentes possam se reconstituir criando coletividade, Cefai (2009). O mesmo autor entende que é possível coletivizar as ações dos agentes através das vivências de situações cotidianas que são adequadas para determinados agentes, mas em algum momento essas vivências provocam tensões e, isso ocorre por vários fatores que vêm por afetos e emoções nas ações dos agentes que podem vir de um contexto individual para uma dimensão coletiva. Portanto, os movimentos sociais nesta dimensão lidam com situações concretas no seu cotidiano.

A perspectiva pragmática emerge no final do século XIX e início do século XX com o trabalho de autores norte-americanos. Fortaleceu-se nos anos de 1970 através da experiência e engajamento dos agentes com a sequencias de suas ações. A partir dos anos de 1980 com autores francês como Laurent Thévenot, Bruno Latour e Michel Callon, fazem um esforço para compreender a ação como uma prioridade de uma associação de atuantes, Latour (2001). Trata os saberes como prática aproximando-se da ciência experimental, momento em que o cientista social observa a sequência das ações como forma de apreender a posição e a substancialidade do conhecimento e sentido implícito naquela ação, pois teoria pragmática tem foco na ação dos agentes.

METODOLOGIA

A metodologia indica estrada, via de acesso e, simultaneamente, rumo, discernimento de direção. O método assinala um percurso escolhido entre outros possíveis. Nessa perspectiva, trabalhamos com uma metodologia qualitativa porque de acordo com Gil (1994), nesse tipo de pesquisa a coleta e análise dos dados não são baseadas na quantificação, mas na análise e descrição do fenômeno em sua forma complexa. Partindo destas

considerações, entendemos que para pesquisar é necessário ter compromisso ético, conhecimento da realidade, aporte teórico-metodológico e técnicas de pesquisa que possibilitem a construção do conhecimento de forma científica.

Sendo assim, iniciamos com um levantamento bibliográfico sobre o tema trabalhado. Fundamentada na perspectiva de Gil (1994), as fontes levantadas foram livros que ajudaram no trabalho realizado. Após esse levantamento foi realizada uma leitura analítica do material, fazendo anotações do pensamento de cada autor acerca do tema em questão e que serviram para fundamentação teórica. Paralelo a essa pesquisa bibliográfica, mapeamos nas páginas das redes sociais de cada movimento documentos e informações acerca da estrutura dos movimentos sociais de educação no Piauí. Em seguida foi feita a organização desse material, analisado e conseqüentemente escrito o texto em questão.

MOVIMENTO SOCIAL EM EDUCAÇÃO NO PIAUÍ E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO, ABRANGÊNCIA E IMPACTO

Tratar da questão das experiências exitosas de um possível movimento social de educação no Estado do Piauí é entender que tal movimento pode sugerir ações aos governantes em um contexto de negociações, pois sua atuação é muito importante em espaços de conflitos e, por isso pode contribuir para o desenvolvimento territorial, no empreendimento das ações nas democracias contra as políticas de austeridade que estão presentes no contexto piauiense.

Nessa perspectiva, Tarrow (1997) entende que é difícil conceituar os movimentos sociais. Mas ele os vê como forma de opinião de massa mobilizada, um sistema que liga orientações e significados plurais. Sendo assim, os movimentos sociais têm sobre si ações coletivas e teias de relações.

Segundo Melucci (1994), Oliveira e Hassenteufel (2021), têm razão ao entenderem que os movimentos sociais são expressões de ação coletiva fundamentadas na solidariedade e em conflitos, rompendo com os limites em que se assentam tais ações coletivas que caracterizam os movimentos enquanto capacidade de reconhecer e ser reconhecidas na mesma unidade social. O conflito refere-se à relação entre atores que lutam pelos mesmos fins, enquanto a solidariedade é a capacidade de tais atores partilharem suas identidades coletivas.

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquências, reivindicações organizadas, comportamentos agregados de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com "movimentos" e "protestos", (Melucci, 1994, p. 57).

Dessa forma, devido os conflitos trazerem a necessidade de nova forma de atuação, os movimentos sociais redefinem suas formas de ação envolvendo grupos sociais afetados pelas diversas expressões da questão social. Por isso, os agentes ou militantes dos movimentos têm um papel importante nos movimentos sociais de identificar determinados problemas em determinada área e envolver a sociedade para uma possível mitigação, por isso estes atores devem ampliar sua participação no sistema da estrutura dos movimentos sociais. É com essa atuação empírica que esses agentes contribuem para com a ação dos movimentos, conforme Melucci (1994, p. 59).

Os trabalhos referentes às lutas sociais no Piauí ainda precisam ser sistematizados de forma mais ampla. No governo Vargas, nos anos de 1930, foi instituído o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação, consideramos importante situar a educação piauiense nesses anos. Os estudos de Sousa (2014) apontam que, nesse período poucas pessoas tinham acesso à educação e por isso era um ensino muito fragilizado, pois o poder era centralizado no governo que tinha uma intenção de fortalecimento da indústria no país. No entanto tinha-se no Brasil intelectuais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, com a preocupação de modificar a realidade nacional e, com isso elaborou-se um manifesto reivindicando educação formal para todos. Neste período, em 1937, foi outorgada uma constituição cujo artigo 129 destaca o financiamento para a educação privada com prioridade para escolas profissionalizantes para os filhos dos trabalhadores.

Dessa forma, com a criação do Ministério impulsionou-se a educação no Piauí, a partir da aprovação de decretos e normas para o ensino secundário com a motivação do Capitão Landri Sales que pensava uma nova organização do estado do Piauí.

[...] por determinações vindas da capital federal Rio de Janeiro e intervenção do capitão Landri Sales (interventor), foi iniciada a tentativa de uma organização no estado com relação à educação, visto que esses esforços foram no sentido de construção de estabelecimentos ligados ao ensino como escolas, e criação do conselho estadual de educação, (Sousa, Cerqueira, 2012, p. 3).

Nessa perspectiva, a educação piauiense avança, porém, com o objetivo de preparar mão de obra para o mercado de trabalho, pois o resultado esperado não era que todos tivessem acesso à educação, mas pessoas preparadas para o

Assim, na luta pela garantia da educação como direito, os movimentos sociais são imprescindíveis e na educação no Piauí destacam-se as organizações sindicais com o intuito de fortalecer a luta dos trabalhadores em educação contra a precarização e exploração capitalista. Dentre as ações desenvolvidas por estas organizações ou entidades educacionais está a luta por reajustes salariais, apoio aos trabalhadores em período de greve por reivindicações para garantia de direitos, mobilização para assegurar os direitos estudantis e protagonizar suas ideias e talentos.

Os agentes que compõem as instancias do campo de luta pela educação no Estado do Piauí trazem concepções acerca de algumas variáveis que dizem respeito ao movimento social conforme mostra o quadro seguinte.

Quadro 01: Concepção dos agentes sobre algumas variáveis.

Variável	Relações
Movimento Social	O grêmio estudantil entende Movimento Social é uma junção de grupos para a melhoria e beneficiar uma sociedade; uma reunião de diversas pessoas das mais diversas classes existentes para lutar por uma causa; luta pelos direitos humanos de um grupo através de manifestações; uma das instâncias do movimento estudantil que luta baseado nos problemas sociais conseguindo várias reivindicações; grupo que se conecta em busca de qualidade da educação lutando pelos direitos sociais; realizações em prol de alguma tese onde a mesma é realizada pela sociedade que tem interesse nessa tese e até alguns que querem ajudar por ser a favor da pauta; ações coletivas feitas em prol de causas que são pertinentes à sociedade; uma revolta do injustiçado e defesa de algumas idéias. Enquanto isso para o fórum estadual de educação Movimento Social consiste em "luta de um determinado grupo para discutir determinadas pautas com o objetivo de debater algum tema em prol de resolver problemas da sociedade. Forma como as pessoas/categorias, grupos procuram se organizar para atender as demandas que são negligenciadas pelo Estado. Grupo de pessoas organizadas para lutara por direitos da sociedade com foco em uma vida melhor; instancias de diálogo com seus pares sobre questões posta à sociedade em cada área de cada grupo, onde discute as propostas apresentadas pelos entes à população. Ação continua para o desenvolvimento de uma nação. Representações da sociedade civil organizada para dar visibilidade com vistas ao fortalecimento das putas reivindicadas da comunidade envolvida. União de pessoas em lutas por mudanças econômicas, sociais, políticas e educacionais. É um grupo de pessoas que lutam por algo melhor para a sociedade. Pluralidade de agentes com propostas em rede e interdisciplinar integrados. Para o SINTE o MS é uma ação coletiva de um grupo organizado que tem o objetivo de galgar mudanças por meio de debates políticos. Para o Centro Acadêmico de Ciências

	<p>Sociais da Universidade Federal do Piauí (CACS), movimentos que por serem pautados numa coletividade, tem participação de várias pessoas dentro da sociedade. São ações coletivas organizadas que buscam promover mudanças sociais, políticas ou culturais, ou resistir a transformações percebidas como prejudiciais. Eles frequentemente emergem em resposta a desigualdades, injustiças ou demandas não atendidas pela sociedade ou pelo Estado. Os movimentos sociais são organizados diante a demanda de setores da sociedade que se organizam com o viés ideológico e político afim de colocar em pauta as demandas da população. Por exemplo, o movimento de mulheres, os movimentos de juventude, movimentos de negros e negras, movimentos de defesa da educação...</p>
Mobilizarem dos agentes	<p>No entendimento do grêmio estudantil o que mobiliza os agentes é a necessidades que a escola tem sobre ônibus para alunos que moram longe, na zona urbana e rural. Em Teresina hoje tem ônibus para todas as zonas. Necessidades de alimentação, comunicação, oportunidade para todos ter uma opinião coletiva para reivindicar determinadas coisas". Para o fórum a mobilização dos agentes se dá devido a "exclusão, luta pelos direitos, empatia, problemas, desejos, injustiças". Para o SINTE a mobilização dos agentes é para obter de forma conjunta ou manutenção dos direitos sociais. Para o Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (CACS), o que leva a mobilização das pessoa são os interesses e ideologias em comum, lutas em comum a diversos fatores da sociedade: aumento da passagem, greves trabalhistas. As mobilizações ocorrem quando indivíduos percebem um problema compartilhado e sentem que podem agir coletivamente para mudá-lo. Fatores como indignação, esperança, identidade comum, opressão, solidariedade e oportunidades políticas desempenham papéis fundamentais. A necessidade de mudar a realidade imposta, pautas históricas e contemporâneas que levam dezenas de pessoas a se organizarem e se organizarem com foco na transformação social de acordo com suas identidades, seus territórios.</p>
Característica de rede	<p>Uma característica de rede, vista pelo grêmio estudantil, é a "conectividade com outros grêmios da rede estadual através de grupo de <i>watzap</i> com todos os presidentes de grêmios, debate das necessidades entre o grêmios, projeto esportivo copa liceu com estudantes das universidades para apitar os jogos. Reunião sempre com os grupo dos presidentes de grêmios e SEDUC, participação de movimentos estudantis como UBES, UMES, partidos políticos PARA TODOS. Para o fórum as características de rede estão no "coletivo, pautas em comuns, responsabilidade, compromisso, objetivo, interação". Para o SINTE as características de rede na organização são articulações com os diversos segmentos para fortalecer o movimento como: CUT, CTB, CNTE, Fórum de Educação (FEE-PI), Conselho Estadual de Educação, Comitê de combate à discriminação e participação em vários conselhos estaduais. Para o Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (CACS), as características de rede na organização consiste na colaboração entre os participantes do movimento, horizontalidades, pluralidades de pensamento e respeito entre os membros. Os movimentos sociais frequentemente operam em redes descentralizadas, caracterizadas por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interconexão: Troca de informações entre membros e organizações. • Horizontalidade: Estruturas menos hierárquicas. • Flexibilidade: Adaptação às mudanças no contexto político-social. • Colaboração: Alianças entre diferentes atores, como ONGs, sindicatos e coletivos. <p>A rede de amizade, afinidade, organizações parceiras que trabalham e lutam por algo em conjunto.</p>

Pautas construídas	O grêmio estudantil “sempre que precisa, escuta os alunos, em reunião, marca uma reunião com o grêmio e com líderes de turmas para debater certos problemas. Depois se reúne com a direção da escola para resolver os problemas. Uma das pautas é a copa entre os grêmios da rede estadual de ensino”. Para o SINTE as pautas são construídas de acordo com as demandas da sociedade, de forma coletiva com vista a educação pública e valorização dos profissionais, valorização na carreira, formação inicial e continuada pela academia, contra a mercantilização e plataformização da educação, pelo concurso, pela qualidade da educação pública etc. Para o Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (CACCS), as pautas construídas são lutas por melhores condições de ensino e respeito as pluralidades que compõem nosso curso. As pautas podem incluir: ● Ampliação do acesso à educação básica e superior. ● Valorização dos professores, com melhores salários e condições de trabalho. ● Combate ao racismo e outras formas de discriminação no sistema educacional. ● Promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. A luta em defesa da educação, como a recomposição do orçamento, a mobilização entorno do contexto de mudanças que passam o sistema educacional brasileiro e piauiense, num todo a defesa de uma educação transformadora. Isso acontece geralmente em assembleias onde as ideias são discutidas de forma plural com os integrantes do movimento. As pautas são constituídas a partir de demandas coletivas, baseadas em experiências compartilhadas de injustiça ou aspirações comuns. O processo inclui debates internos, interações com outros atores sociais e a identificação de objetivos claros e estratégicos. De acordo com as demandas e anseios e necessidades dos recortes da população, geralmente pautas coletivas que mobilizam milhares de pessoas que levam o princípio da organização como força motriz da transformação.
-----------------------	---

Fonte: oficina com os agentes das instâncias que compõem um possível movimento social de educação no Estado do Piauí (2025).

O quadro supracitado apresenta o movimento social como uma organização coletiva com vista à melhorar as políticas públicas e sociais. Sendo assim, o movimento social para as referidas instâncias soa como um grupo de pessoas que tem objetivos comuns e luta em favor de determinadas causas derivadas de suas necessidades. A organização dos movimentos sociais articulado com diversas instâncias como apresenta o cenário que fundamentou nossa discussão, reforça a variável em rede enquanto elemento característico dos novos movimentos sociais que trazem idéias inovadoras identificando que a construção social é um processo continuado e, por isso trata-se de um movimento que tem uma identidade própria. Contudo, percebe-se a necessidade de articular melhor as ações dessas instâncias em rede, interseccionar algumas atividades para fortalecer a coletividade com uma pluralidade de agentes e maior possibilidade de alcance dos objetivos dessas instâncias, pois a força de um movimento consiste em uma articulação em equipe, plural capaz de consensuar ideias. Essas

organizações precisam se articular entre si através de fóruns e outras formas articulatórias, mobilização da esfera pública através de marchas, protestos e outras manifestações públicas.

A concepção de movimentos sociais dos agentes membros das instâncias que compõem o campo de luta pela educação do Piauí reúne elementos de uma rede de movimentos como pluralidade de agentes, uma pauta comum, algumas ações coletivas e um conflito comum que é as condições e valorização necessária para uma educação de qualidade. Todavia, não percebe-se uma organização coletiva que interseccionem os desejos dos diversos agentes e das várias instâncias de luta. As agendas são muito presa às instituições, ou seja, a agenda de uma determinada instituição é uma atividade daquele pequeno grupo institucional sem dialogar com outros agentes de forma interinstitucional. Mas o que falta para consolidar um movimento social de educação no Estado do Piauí? Formação política? Consciência de classe? Mobilização? No processo de pesquisa, não ficou visível momentos de alinhamento, discussão ou debates interinstitucional em torno das pautas pela educação. Acredito que falta momentos como esse de forma contínua para que um movimento social pela educação possa ir se constituindo no Estado do Piauí com observatórios, momento de participação em que os agentes possam deliberar coletivamente suas pautas.

Compreendemos que as estratégias de lutas dos trabalhadores em educação e estudantes alcançam seus objetivos quando há forte participação, pois é pelo engajamento e compromisso das pessoas nos movimentos sociais que as categorias ganham força e constroem um espaço viável para se conquistar emancipação e garantia dos seus direitos e, neste sentido,

Quando se fala de educação da classe trabalhadora [...], pode-se falar daquele processo de educação (informal) que a própria classe operária se propicia. Aquela educação que os próprios trabalhadores propiciaram a si próprios na família, no trabalho, através de sua participação em organizações de classes (associações, partidos, sindicatos) e em movimentos sociais de natureza variada: greves, campanhas salariais, movimentos pelas reivindicações de direitos sociais e políticos, etc., contudo, concomitantemente a este processo de educação informal, também se pode identificar, no movimento operário-sindical, a existência de um conjunto de atividades educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas para garantir: I) a divulgação, a socialização e a reflexão do saber acumulado através das experiências de luta pelas classes subalternas, através de sua história; II) a apropriação de certos códigos dominantes, para que possam deles se defender ou ainda, III) a apropriação daqueles domínios do saber acumulados historicamente numa sociedade, e aos quais a maioria dos trabalhadores não tem acesso. Incluímos, nesta outra categoria de atividades educativas, os congressos operários,

encontros, cursos, seminários, palestras, etc., promovidas por suas entidades de classe e/ou organizações culturais criadas para tais fins, (Manfredi, 1989, p.66).

Dessa forma, percebemos a importância do movimento social para a formação política dos trabalhadores em educação e protagonismo dos estudantes e aproximação da realidade de negação de direitos que muitas vezes é imposta pela imperatividade do sistema educacional que está a favor da classe e ideologia dominantes. Por isso, organizações sindicais e estudantis agem na perspectiva de contribuir para o fortalecimento da identidade de classe.

O movimento social de educação no estado do Piauí impacta na sistematização educacional à medida que alcança o máximo possível todo território estadual, através das suas instâncias e entidades, para discutir, fortalecer e assegurar uma educação de qualidade e valorização dos seus profissionais. Essa abrangência está demonstrada no Quadro 2.

Quadro 02: Alcance das organizações sociais educacionais piauienses

Movimento Social	Alcance do Movimento
Sindicato dos profissionais de Educação do Piauí, SINTE – PI	224 municípios piauienses e está organizado em 27 pólos.
Fórum Estadual de Educação do Piauí	Representado por 43 instituições da área de educação no estado
Grêmio Estudantil do Liceu Piauiense	Centro de Educação em Tempo Integral (CETI) Pe. Zacarias de Góis, Liceu Piauiense.
Coletivo Acadêmico de Ciências Sociais da UFPI	Curso de graduação em Ciências Sociais da UFPI

Fonte: Elaborado pelo autor, (2023).

Ao contrário do modelo de gestão implantado no Brasil, entre 1964 a 1985, caracterizado pela crença de que o poder estatal, centralizado, ao intervir de forma tecnocrática sobre a cidade, traria soluções adequadas para os seus problemas, a Constituição Federativa de 1988 apontou para a ampliação do diálogo entre o Estado e a sociedade civil, o que contribuiu para a expansão de experiências democráticas inovadoras no campo da gestão pública. Essas experiências, oriundas do processo de redemocratização do país, ensejaram a construção de um novo paradigma de gestão, marcado pela descentralização político-administrativa e financeira entre os entes federados, o que fortaleceu o papel dos municípios e lhes conferiu mais responsabilidades.

Lima (2008) esclarece que no contexto dessas mudanças, que foram se constituindo ao longo da década de 1990, as relações entre Estado e movimentos sociais urbanos tornaram-se um campo privilegiado de análise crítico-social, sobretudo quando estava em

questão a construção de um novo padrão relacional, que se desdobra numa prática mais democrática de gerenciamento de questões urbanas. Justamente, por isso, que ao discutir as ações dos movimentos sociais de educação e dos movimentos estudantis pela via das organizações militantes, entende-se sua importância pelo seguinte argumento,

A progressiva proletarização aproximava os professores do movimento sindical do operariado urbano, que, no último quartel da década de 1970, [...] passou a ocupar o espaço político que fora alargado por um conjunto de medidas que permitiram maior participação da sociedade civil no questionamento de legitimidade do estado de segurança nacional. O impacto desses movimentos que se revitalizaram no País após 1978 conduziu a uma revitalização das práticas sociais que passara a sustentar as manifestações e os protestos que encontraram maior efervescência na greve dos trabalhadores ABC paulista (1978), que marcou a história sindical no período pós-64. A dinâmica do movimento reivindicante atravessa a categoria dos professores profundamente prejudicados pela política econômica de arrocho salarial. Em 1978 eles também deflagraram greves por melhores condições de trabalho, buscando ainda a reposição das perdas salariais. Esta realidade reflete fortemente no comportamento dos profissionais da educação mobilizando suas concepções e a própria identidade, (Brzezinski, 2004, p. 91-92).

Segundo Manfredi (1989) os movimentos sociais foram, culturalmente, entendidos como espaço de participação apenas dos operários militantes, no entanto, este é um espaço de exercício da cidadania crítica, do protagonismo, de organização coletiva e palco apropriado das instituições representativas. A participação dos trabalhadores nos movimentos sociais, sejam eles sindicatos, coletivos ou agremiações, proporciona-lhes conhecimento, consciência, emancipação e compromisso com um projeto de sociedade e qualidade da educação. Neste sentido, os movimentos sociais são vistos como mediadores das forças sociais que estão presentes na realidade dos sujeitos. Tal mediação não é neutra, mas carregada de intenções políticas onde os trabalhadores estão inseridos.

Em um cenário de precariedade, há uma tensão na relação dos movimentos sociais e Estado, pois nas suas instâncias e entidades há uma insatisfação dos trabalhadores e estudantes e, por isso, são constantes as manifestações através de passeatas, atos de protestos, assembleias, debates e greves. É uma situação desconfortável porque termina impactando no processo de aprendizagem dos estudantes.

Dessa forma, com a atuação dos estudantes e trabalhadores nos movimentos sociais vai se redelineando a identidade e forma de participação e atuação dos sujeitos em tais movimentos que conseguem produzir uma pauta de ações, planos e estratégias como forma de se prepararem para o diálogo na relação com o Estado ou instâncias deliberativas. Ainda, nessa perspectiva, as entidades e organizações de educação, a partir dos anos de 1980,

conseguem se articular conjuntamente em torno do mesmo objetivo, uma educação de qualidade e profissionais valorizados. Assim, procuram manter uma coesão ideológica e unidade do movimento que traz uma nova visão dessa trajetória e a construção de uma consciência coletiva que é destacada na seguinte citação.

[...], de modo geral, após o final dos anos 70, desempenham o papel de reorganização dos educadores em núcleos de resistência e de crítica ao poder constituído imperador da democratização da educação. Os espaços dessas associações concentravam-se, sobretudo, em um trabalho de mobilização coletiva com vistas a desenvolver mecanismos que permitam uma tomada de consciência dos educadores e da sociedade como um todo, acerca da importância das políticas educacionais e da valorização social dos profissionais da educação. [...]. [As associações] Visavam, [...] promover a difusão no âmbito da sociedade das discussões e da produção de conhecimentos sobre questões do campo educacional e das prioridades, de modo a conseguir adesões à luta pela democratização da educação e, mais amplamente, da própria sociedade brasileira. [...], (Brzezinski, 2004, p. 95).

No Piauí, essa luta é constante na busca pela superação de conflitos e contradições e voltam-se com maior força para a valorização profissional, formação, condições de trabalho, garantia de direitos, remuneração digna e condições para os trabalhos docentes e discentes para que se tenha uma educação de qualidade. Por isso, o compromisso dos movimentos sociais em lutas e ações traz à tona novas concepções, novos rumos, saberes e estratégias de lutas através das experiências e debates que são compartilhadas em ações coletivas e com objetivos comuns. Isso fortalece a rotina e a prática cotidiana dos movimentos sociais de educação, além de ganhar confiança e credibilidade de seus militantes, demais profissionais e dos órgãos e autoridades do território, além de contribuir para o progresso e desenvolvimento do Estado.

Dessa forma, fica bastante claro que se faz necessário um diálogo mais consistente a favor da garantia dos direitos salariais dos profissionais da educação, pois se trata de uma questão fundamental para o trabalho fluir. Entendemos que profissionais bem remunerados trabalham com maior satisfação e conseqüentemente a produção alcança sucesso. Sabemos que aumento salarial depende do alcance das finanças públicas, de uma organização contábil do Estado para que essa valorização aconteça. É preciso um diálogo do sindicato da categoria para fomentar e motivar as decisões do gestor público acerca da situação em questão. Ainda se faz necessária uma intenção comum que não permita movimentos paralelos no campo da valorização dos profissionais da educação, isso exige uma relação profissional dos

movimentos sociais educacionais com o Estado no sentido de alinhar as decisões a favor da causa.

Ao delinear essas considerações compreendemos que a mobilização, participação e a capacidade de articular a relação entre o movimento e o Estado são pontos importantes para fortalecer a idéia de valorização da educação. Para isso é necessário, sempre, ação coletiva e não trabalhos isolados sem articulação, pois entendemos que a relação dos movimentos sociais com o Estado deve ser constantemente e de forma institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar as experiências significativas de um possível movimento social de educação no Estado do Piauí, como suas instâncias se interseccionam em favor da educação e como se relacionam com o Estado para garantir agenda e implementação de políticas públicas com foco na qualidade da educação.

Neste sentido, após o estudo realizado, olhando para seu objetivo, entendemos que o mesmo foi alcançado, pois conseguimos identificar as ações das instâncias que compõem um possível movimento social de educação no Piauí e destacar quais dessas ações tem maior significado para a educação no estado.

Dessa forma podemos compreender a importância do movimento social de educação e suas instâncias para que tenhamos, constantemente, lutas significativas em favor de uma educação de qualidade, igualdade e equidade.

Sendo assim, julgamos importante a discursão dessa temática, pois a mesma precisa de aprofundamento em categorias e véis que são importante para a organização da sociedade e garantia de direitos. Ainda, nessa perspectiva, entendemos que os movimentos sociais agem com uma política de ampliação do escopo de atuação do Estado, considerando as plataformas de direitos sociais e trabalhistas que passam a ser responsabilidade do Estado em favor de uma transparência, *accountability*, que traga possibilidade de motivar os movimentos sociais de educação superando suas fragilidades e marchando rumo ao reconhecimento do protagonismo desses movimentos no estado do Piauí, no que concerne à construção de uma cultura participativa frente às forças e pensamentos dominantes à interlocução continuada através de instância de negociação permanente na defasa de

políticas permanentes de reajustes salarial, melhoria nas condições de trabalho e plano de carreira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra – escola é mais que escola**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva**. Traduzido por Bruno Cardoso. Dilemas (revistas de estudos de conflitos e controle social), Vol 2, nº 4, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas> Acesso em 15 set. 2023.

COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Tradução de Raquel Weiss. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

FRASER, Nanci. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista". In: Souza, J. (org.). *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, M. **Do "avesso" do brincar ou...as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituintes das crianças no jardim-de-infância**. In: SARMENTO, M; CERISARA, A.B. (Orgs.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e da educação*. Porto: Edições Asa, 2002. p.55-104.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

LATOUR, B. **Esperança de pandora**, Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LIMA, Antônia Jesuíta. **Movimentos Sociais e Governo Local no processo de gestão da moradia: o caso do município de Teresina, capital do Piauí**. VI Congresso Português de Sociologia. ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios. Lisboa, Portugal. Junho de 2008.

MANFREDI, S. M. **As entidades sindicais e a educação dos trabalhadores**. Cadernos de pesquisa. N. 47, São Paulo: Fundação Carlos Chagas nov. 1989.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua nova, n. 17, 1989

MELUCCI, Alberto. Ainda movimentos sociais: uma entrevista com Alberto Melucci. *Novos estudos CEBRAP*, n. 40, 1994.

OLIVEIRA, Osmany Porto, HASSENTEUFEL, Patrick (org.). **Sociologia Política da Ação Pública: Teorias, Abordagens e Conceitos**. Tradução de escola nacional de administração pública – Brasília: Enap, 2021

OLIVEIRA, Felipe Cardoso. **Movimentos Sociais em Rede, Identificação de seu significado e aportes para um resgate de legitimidade** (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito, PUCRS, 2017.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. São Paulo: Madras, 2009.

SOUSA, Célia Camelo de; SOUSA, Raiane Pereira de; SOUSA, Alba Patrícia Passos de. **Era Vargas: um estudo sobre a educação piauiense**. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO - ECHE, 13; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO - ENHIME, 3; SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E GEOEDUCACIONAIS - SINECGEO, 3, 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza: IMPRECE, 2014. p. 691-701.

SOUSA, Joao Carlos Araújo de; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. **O desenvolvimento estrutural educacional no Piauí durante a era Vargas (1930-1945)**. IV FIPED, Fórum Internacional de Pedagogia, Parnaíba - PI. Campina Grande: Realize editora, 2012.

TARROW, S. **El poder en movimiento**. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madri: Alianza Editorial, 1997.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Nova York: Random House, 1978.

Dados de autoria

Edmilson Pereira de Araújo

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Gestão, Coordenação e Supervisão Escolar pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Evangélica do Piauí - FAEPI. Graduado em Pedagogia pela Faculdade Evangélica do Piauí (FAEPI); em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru; em Filosofia pelo Instituto de Teologia de Caruaru; em Teologia pelo Instituto de Teologia de Caruaru. Atualmente é professor na Rede Municipal de Educação de Castelo do Piauí. E-mail: edmilsonpereiraraujo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5083-874X>.

Eduardo Gomes Machado

Pós-doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Associado da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (UNILAB). Tem experiência na área de Sociologia do Trabalho, Planejamento Urbano, Educação Popular e Formação de Professores, exercendo suas atividades de docência, pesquisa, inovação, extensão e gestão na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaborador permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisador do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Fortaleza. E-mail: edugomesmachado@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9321-6745>.